



Ministério Público Federal
Procuradoria Geral da República
Corregedoria do MPF
Correções Ordinárias da CMPF
Biênio 2012/2013

RELATÓRIO GERAL DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA

REALIZADA NA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RORAIMA NO ANO DE
2012

Brasília, maio de 2013.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	3
2 MAPA DE APOIO LOGÍSTICO.....	4
3 DIAGNÓSTICO DAS UNIDADES.....	4
3.1 COMPOSIÇÃO	4
3.2 DIVISÃO DO TRABALHO – PR/RR.....	5
3.2.1 Sistemática de Distribuição.....	6
4 DIAGNÓSTICO INDIVIDUALIZADO DOS GABINETES.....	7
4.1 CONSOLIDAÇÃO DOS DADOS DOS RELATÓRIOS INDIVIDUAIS: PR/RR.....	7
4.1.1 Dados preliminares.....	8
4.1.2 Condições de trabalho.....	10
4.1.3 Organização do gabinete.....	13
4.1.4 Relacionamento externo.....	14
4.1.5 Dificuldades enfrentadas no desempenho das atribuições.....	15
4.1.6 Sugestões para melhoria dos serviços	16
4.1.7 Feitos pendentes nos gabinetes.....	16
5 ATENDIMENTO AO PÚBLICO.....	17
6 CONCLUSÃO DA COMISSÃO.....	17
7 ANEXO (distribuição pr e corregedor auxiliar).....	20



PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA
CORREGEDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

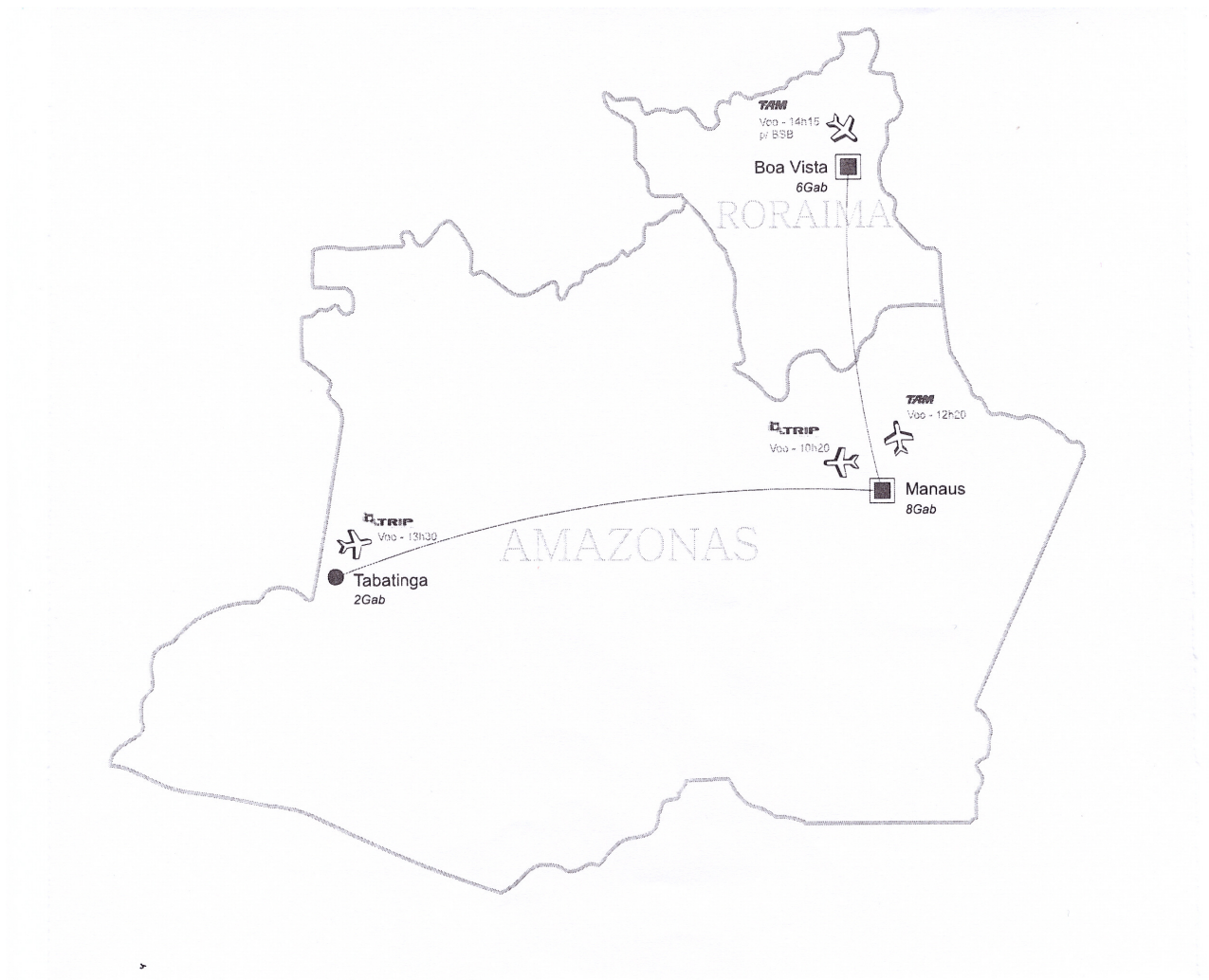
Correições Ordinárias da Corregedoria
Biênio 2012/2013

**Relatório Geral da Correição Ordinária realizada na Procuradoria da
República em Roraima
ANO DE 2012**

1 INTRODUÇÃO

Período da Correição	26 a 30 de novembro de 2012
Unidades Correicionadas	Procuradoria da República em Roraima
Procurador-Chefe da PR/RR	Ângelo Goulart Villela
Presidente da Comissão de Correição	Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho - PRR1
Corregedores Auxiliares Designados	Roberto Luís Oppermann Thomé - PRR4 Gustavo Pessanha Velloso – PR/DF
Secretaria dos trabalhos	José Rubens de Mello – Assessor da UDCMPF-PRR1
Número de gabinetes correicionados	6
Relator ou Comissão de Relatoria	Gustavo Pessanha Velloso

2 MAPA DE APOIO LOGÍSTICO



3 DIAGNÓSTICO DAS UNIDADES

3.1 COMPOSIÇÃO

Grupo: n. 5 (AC, AP, PI, RO, RR, SE, TO)				
Unidade	Número de Membros		Número de servidores	
	Vagas	Lotação	Vagas	Lotação
PR/RR	6	6	61	56

* Relatório do Sistema GPS/Consulta.

3.2 DIVISÃO DO TRABALHO – PR/RR

Ofícios de Defesa do Patrimônio Público e Social			
Ofício	Procurador (a)	Especialização	Atribuições acumuladas
1°	Alisson Nelicio Cirilo Campos	Patrimônio Público e Social	Representante da 5ª CCR Delegado da ANPR Substituto Coordenador do Núcleo Criminal
2°	Leonardo de Faria Galiano	Patrimônio Público e Social	Procurador Regional Eleitoral Representante Substituto da 5ª CCR Representante do MPF no Conselho Penitenciário
Ofícios Cíveis			
1°	Cynthia Gabriela Borges	Cível	Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão Representante da 1ª CCR Representante da 3ª CCR Representante Substituta da 4ª CCR Representante Substituta da 6ª CCR Representante do MPF Substituta no Conselho Penitenciário Membro do Grupo de Controle Externo da Atividade Policial Coordenadora do Núcleo Cível
2°	Fernando Machiavelli Pacheco	Cível	Representante da 4ª CCR Representante da 6ª CCR Procurador Regional dos Direitos do Cidadão Substituto Representante Substituto da 1ª CCR Representante Substituto da 3ª CCR Participação na Comissão do 27º Concurso para Procurador da República

Ofícios Criminais			
1°	Ângelo Goulart Villela	Criminal	Procurador-Chefe Delegado da ANPR Membro do Grupo de Controle Externo da Atividade Policial Representante da 2ª CCR
2°	Ricardo Gralha Massia	Criminal	Procurador-Chefe Substituto Coordenador do Grupo de Controle Externo da Atividade Policial Procurador Regional Eleitoral Substituto Representante Substituto da 2ª CCR Participação no Grupo de Trabalho Crime Organizado

3.2.1 Sistemática de Distribuição

A distribuição na PR/RR obedece às regras estabelecidas na Resolução nº 02/2008. A resposta do Procurador-Chefe da PR/RR ao Ofício 26/UDCMPF-PRR1 traz, detalhadamente, a distribuição dos feitos judiciais e extrajudiciais, conforme a seguir discriminado:

Resposta do Procurador-Chefe:

A sistemática de distribuição, de acordo com a Resolução nº 02/2008 é numérica, da seguinte forma:

OFÍCIOS CRIMINAIS EXCLUSIVOS

Autos judiciais criminais, além de inquérito policiais com numeração final (antes do dígito) 12345: 1º Ofício Criminal Exclusivo.

Autos judiciais criminais, além de inquéritos policiais com numeração final (antes do dígito) 67890: 2º Ofício Criminal Exclusivo.

Expedientes autuados extrajudicialmente, seguem a distribuição AUTOMÁTICA do próprio Sistema Único.

Demais expedientes, constatada a existência de procedimento correlato, obedecem a prevenção, sendo encaminhados aos titulares de ofício por intermédio de Memorando.

OFÍCIOS CÍVEIS

Já na seara cível, a distribuição se dá da seguinte maneira:

A atuação como custos legis em qualquer ação judicial que verse sobre matéria relativa à PFDC ou à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, bem como em outras ações judiciais que não insiram nas atribuições de outro Ofício desta Unidade e que tenham como primeira numeração final atribuída pelos sistemas informatizados do Ministério Público Federal os dígitos 1 2 3 4

5: 1º Ofício Cível:

A atuação como custos legis em qualquer ação judicial que verse sobre matéria relativa à 4ª ou à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, bem como em outras ações judiciais que não se insiram nas atribuições de outro Ofício desta Unidade e que tenham como primeira numeração final atribuída pelos sistemas informatizados do Ministério Público Federal os dígitos **6 7 8 9 0**: 2º Ofício Cível.

Expedientes autuados extrajudicialmente, seguem a distribuição AUTOMÁTICA do próprio Sistema Único, a partir da pertinência temática.

Demais expedientes, constatada a existência de procedimento correlato, obedecem a prevenção, sendo encaminhados aos titulares de ofício por intermédio de Memorando.

OFÍCIO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

Quanto ao patrimônio público, a sistemática é a seguinte:

Autos judiciais e inquéritos policiais com numeração final (antes do dígito) **1 2 3 4 5**: 1º Ofício de Defesa do Patrimônio Público.

Autos judiciais e inquéritos policiais com numeração final (antes do dígito) **6 7 8 9 0**: 2º Ofício de Defesa do Patrimônio Público.

Expedientes autuados extrajudicialmente, seguem a distribuição AUTOMÁTICA do próprio Sistema Único.

Demais expedientes, constatada a existência de procedimento correlato, obedecem a prevenção, sendo encaminhados aos titulares de ofício por intermédio de Memorando.

4 DIAGNÓSTICO INDIVIDUALIZADO DOS GABINETES

4.1 CONSOLIDAÇÃO DOS DADOS DOS RELATÓRIOS INDIVIDUAIS: PR/AM

4.1.1 Dados preliminares	
1) Residência na sede	Todos os membros responderam sim .
2) Acompanhamento da correição (Informação/Relator)	Todos os membros acompanharam a correição
3) Exercício da advocacia (Resolução n. 16/07)	Todos os membros responderam não .
4) Participação em sociedade comercial ou em organização não governamental	5 membros responderam não . 1 membro respondeu sim . Ângelo Goulart Villela Grau de envolvimento: Sócio Razão social/CNPJ: TOGA Estudos Jurídicos Ltda – ME CNPJ nº 29544590/0001-03
5) Exercício do magistério	5 membros responderam não . 1 membro respondeu sim, na sede : Ângelo Goulart Villela
6) Preenchimento semestral do formulário on-line sobre o exercício do magistério	Todos os membros responderam sim .
7) Assiduidade	Todos os membros declararam comparecer todos os dias úteis à Procuradoria.

<p>8) Apontamento das características sociais, econômicas, ambientais, populacionais etc da região, que geram maior demanda de trabalho</p>	<p><u>Alisson Nelicio Cirilo Campos</u> O grande volume de recursos federais transferidos ao Estado aliado a incipiente estrutura de fiscalização do emprego desses recursos.</p> <p><u>Ângelo Goulart Villela</u> Região de Fronteira com 02 países o que permite um grande volume de crimes de contrabando e descaminho.</p> <p><u>Cinthia Gabriela Borges</u> O Estado de Roraima tem como característica e dependência das verbas repassadas pela União, notadamente por meio de convênios, para a realização de obras e para prestação de serviços. Em virtude deste fato, a competência deste MPF resta expandida. Ademais, outro fato peculiar é a grande quantidade de terras de propriedade da União, o que gera uma enorme demanda relacionada à reforma agrária no Estado.</p> <p><u>Fernando Machiavelli Pacheco</u> População indígena elevada – sobretudo macuxi e yanomami – e grande número de terras indígenas: problemas na saúde, questão territorial, educação, violência entre indígenas e não indígenas, garimpo em terras indígenas yanomami; grande número de Unidades de Conservação e Projetos de Assentamentos: invasões, grilagem e danos ambientais; não ocorrência da doação integral das terras da União para o Estado de Roraima, em virtude da extinção do ex-Território, o que justifica o interesse da União por diversas temáticas que ordinariamente seriam estaduais; elevado número de madeireiras e projetos agropecuários ilegais como fonte de renda; pesca em áreas proibidas e com conflitos entre pescadores profissionais e amadores; tráfico intenso de animais exóticos da Venezuela, assim como de contrabando de gasolina desse país.</p> <p><u>Leonardo de Faria Galiano</u> Intenso aporte de recursos públicos federais transferidos por convênios ou contratos de repasses ao estado e municípios de Roraima (dependência econômica local de repasses oriundos da União). Composição atual do TRE/RR.</p>
---	--

4.1.2 Condições de trabalho	
<p>1) Instalações físicas da Unidade – sob o ponto de vista dos Membros da Comissão de Correição:</p>	<p>Prédio próprio e bem localizado, reformado e ampliado, adequadamente conservado. Contudo, carece de acessibilidade, segurança e melhor disposição interna (layout).</p>

2) Instalações do gabinete (espaço, aeração, luz, mobiliário e equipamentos) – sob o ponto de vista dos Membros da Comissão de Correição:	Carecem de mobiliário mais apropriado, de meios de comunicação mais eficientes e de melhor disposição interna (layout), além de uma sala de reunião. O espaço é diminuto, tanto nos gabinetes quanto nas salas das Assessorias, estando completamente esgotadas quaisquer possibilidades de expansão/arrumação do espaço existente.
3) Número de servidores:	Todos os membros consideram insuficiente : <i>Alisson Nelicio Cirilo Campos</i> <i>Ângelo Goulart Villela</i> <i>Cinthia Gabriela Borges</i> <i>Fernando Machiavelli Pacheco</i> <i>Leonardo de Faria Galiano</i> <i>Ricardo Galha Massia</i>
4) Quantidade e qualidade de equipamentos de informática:	Todos os membros consideram suficiente .
5) Qualidade dos meios e sistemas de comunicação:	1 membro considera suficiente . 5 membros consideram insuficiente : <i>Alisson Nelicio Cirilo Campos</i> <i>Cinthia Gabriela Borges</i> <i>Fernando Machiavelli Pacheco</i> <i>Leonardo de Faria Galiano</i> <i>Ricardo Galha Massia</i>
6) Qualidade do serviço da biblioteca:	5 membros consideram suficiente . 1 membro considera insuficiente : <i>Alisson Nelicio Cirilo Campos</i>
7) Transporte para o exercício das funções:	Todos os membros consideram suficiente .
8) Procedimentos para segurança dos membros:	a) Segurança de Recursos Humanos 2 membros consideram suficiente . 4 membros consideram insuficiente : <i>Alisson Nelicio Cirilo Campos</i> <i>Ângelo Goulart Villela</i> <i>Cinthia Gabriela Borges</i> <i>Ricardo Galha Massia</i> b) Segurança de Material 2 membros consideram suficiente . 4 membros consideram insuficiente : <i>Alisson Nelicio Cirilo Campos</i> <i>Ângelo Goulart Villela</i> <i>Cinthia Gabriela Borges</i> <i>Ricardo Galha Massia</i> c) Segurança das áreas e instalações 1 membro considera suficiente . 5 membros consideram insuficiente : <i>Alisson Nelicio Cirilo Campos</i> <i>Ângelo Goulart Villela</i>

	<p>Cynthia Gabriela Borges Fernando Machiavelli Pacheco Ricardo Gralha Massia</p> <p>d) Segurança da Informação 1 membro considera suficiente. 5 membros consideram insuficiente: Alisson Nelicio Cirilo Campos Ângelo Goulart Villela Cynthia Gabriela Borges Leonardo de Faria Galiano</p> <p>Não existe registro da movimentação de documentos/autos dentro do Gabinete, apesar da separação de locais de trabalho. Ricardo Gralha Massia</p> <p>e) Outras informações relevantes Cynthia Gabriela Borges</p> <p>Não há nenhuma câmara de vigilância no prédio da PR/RR e tampouco há chaves para os gabinetes ou salas onde estão localizados os processos.</p>
--	--

4.1.3 Organização do gabinete	
1) Há controle dos prazos dos procedimentos extrajudiciais?	Todos os membros responderam sim .
2) Há comunicação ao órgão de coordenação sobre instauração e prorrogação de prazo de PIC?	5 membros responderam sim . 1 membro responderam não se aplica : Cynthia Gabriela Borges
3) Há comunicação ao órgão de coordenação sobre instauração e prorrogação de prazo de ICP?	Todos os membros responderam sim .
4) As promoções de arquivamento de autos extrajudiciais são sempre encaminhadas aos órgãos de coordenação?	Todos os membros responderam sim .
5) As promoções de declinação de atribuições em autos extrajudiciais são sempre encaminhadas aos órgãos de coordenação?	Todos os membros responderam sim .
6) Nos casos de declinação de atribuições, são encaminhados os autos originais às CCR e à PFDC?	Todos os membros responderam sim .
7) Há controle de prazos de inquéritos policiais por meio do Sistema Único?	5 membros responderam sim . 1 membro respondeu não : Ângelo Goulart Villela
8) Há controle dos prazos prescricionais nos	5 membros responderam sim .

processos criminais por meio do Sistema Único?	<p>1 membro respondeu não:</p> <p>Ângelo Goulart Villela</p> <p>O Sistema Único não informa quando o Processo está prestes a prescrever ou prescrito.</p>
9) Há controle dos prazos prescricionais nos procedimentos extrajudiciais de improbidade por meio do Sistema Único?	<p>2 membros responderam sim.</p> <p>4 membros responderam não se aplica:</p> <p>Ângelo Goulart Villela</p> <p>Cynthia Gabriela Borges</p> <p>Fernando Machiavelli Pacheco</p> <p>Ricardo Gralha Massia</p>
10) Alimenta o Sistema Único com os arquivos eletrônicos relativos às suas manifestações (Res. CSMPF 104/10)?	<p>Todos os membros responderam sim.</p>
11) É atendida a preferência legal a pessoas idosas?	<p>5 membros responderam sim.</p> <p>1 membro respondeu não:</p> <p>Ângelo Goulart Villela</p>
12) Há definição de prioridades no trabalho?	<p>Todos os membros responderam sim.</p> <p>Alisson Nelicio Cirilo Campos</p> <p>Instrução dos ICPs cujo prazo prescricional se avizinha e cumprimento dos prazos processuais.</p> <p>Ângelo Goulart Villela</p> <p>Por antiguidade e/ou Relevância</p> <p>Cynthia Gabriela Borges</p> <p>Demandas da PRDC, em especial aquelas que envolvem direito à saúde, educação e acessibilidade.</p> <p>Fernando Machiavelli Pacheco</p> <p>Observância das prioridades legais (processos com réus presos, HC, MS, processos com idosos), além da verificação das questões de maior gravidade pela natureza da matéria – sobretudo no extraprocessual -, bem como definições periódicas de áreas para ênfase na atuação do gabinete, com o estabelecimento de metas.</p> <p>Leonardo de Faria Galiano</p> <p>Critérios de relevância da matéria versada ou urgência (periclitamento do objeto ou prescrição/decadência)</p> <p>Ricardo Gralha Massia</p> <p>Crimes mais graves, situações de urgência, prazos processuais.</p>
13) Atendimento ao público	<p>3 membros responderam sim – diretamente.</p> <p>2 membros responderam sim – diretamente e por</p>

	<p>servidores. 1 membro respondeu sim – por servidores.</p>
13.1) Há algum tipo de registro dos atendimentos?	<p>4 membros responderam sim.</p> <p>Ângelo Goulart Villela Nos casos de Tomada de depoimentos no Setor de atendimento ao Público.</p> <p>Cynthia Gabriela Borges São elaboradas atas de reunião e, excepcionalmente, se impossível a ata, é realizada memória de reunião por esta procuradora.</p> <p>Fernando Machiavelli Pacheco Agenda física e virtual, de todos; memória de reunião ou ata em alguns casos.</p> <p>Ricardo Galha Massia Memória</p> <p>2 membros responderam não:</p> <p>Alisson Nelicio Cirilo Campos Leonardo de Faria Galiano</p>
3.2) Há controle estatístico pelo gabinete dos atendimentos ao público?	<p>1 membro respondeu sim:</p> <p>Ricardo Galha Massia</p> <p>5 membros responderam não:</p> <p>Alisson Nelicio Cirilo Campos Ângelo Goulart Villela Cynthia Gabriela Borges Fernando Machiavelli Pacheco Leonardo de Faria Galiano</p>
14) Controle diferenciado quanto à guarda dos autos e documentos sigilosos	<p>Todos os membros responderam sim:</p> <p>Alisson Nelicio Cirilo Campos Os dados sigilosos são guardados em compartimento inacessível sem as chaves do local.</p> <p>Ângelo Goulart Villela Armazenado no armário com chave.</p> <p>Cynthia Gabriela Borges Autos e documentos sigilosos são guardados em armários com chave.</p> <p>Fernando Machiavelli Pacheco Sigilosos ficam guardados em armário próprio, no Gabinete do Procurador, o qual fica chaveado na sua ausência.</p> <p>Leonardo de Faria Galiano Acautelamento em local apropriado e acesso restrito.</p> <p>Ricardo Galha Massia</p>

	Via Coorju e mantidos em armário com chave.
15) Mantém documentos não autuados em gabinete?	5 membros responderam não . 1 membro responderam sim : Ângelo Goulart Villela Para os casos que precisam de apreciação mais profunda ou que aguarda outros documentos que o instruem.
16) Comparece a todas as audiências/sessões para as quais foi intimado ou designado?	5 membros responderam sim . 1 membro respondeu não : Cinthia Gabriela Borges Compareço a todas as audiências, exceto naquelas em que sou intimada na condição de <i>custos legis</i> dos feitos previdenciários que tramitam no Juizado Especial Cível. Importante salientar que tais audiências sequer são conduzidas por juiz federal responsável pelo Juizado e sim pelo seu assessor.
17) Faz levantamento físico (inventário) dos autos e documentos?	Todos os membros responderam sim .
17.1) Quando assumiu o ofício fez levantamento físico?	Todos os membros responderam sim .
18) Outras informações relevantes	Fernando Machiavelli Pacheco Estão lotados no Gabinete o total de 04 (quatro) servidores: 01 (um) Técnico de Informática investido em FC-2 Assessor Nível I; 01 (um) servidor cedido investido em CC-02, disponibilizado somente a partir de 22.08.2012; e 02 (dois) Analistas de Antropologia/Perito; o que fica abaixo do que seria sua lotação ideal, no entendimento do signatário.

4.1.4 Relacionamento externo	
1) Qualificação do relacionamento com juízes, serventuários, policiais estaduais/federais, advogados públicos e privados, defensores públicos e organizações não-governamentais.	5 membros consideram bom : Alisson Nelicio Cirilo Campos Cinthia Gabriela Borges Fernando Machiavelli Pacheco Leonardo de Faria Galiano Ricardo Galha Massia 1 membro não respondeu: Ângelo Goulart Villela
2) Relacionamento com colegas e servidores.	3 membros consideram bom : Cinthia Gabriela Borges

	<p>Fernando Machiavelli Pacheco Ricardo Galha Massia</p> <p>2 membros consideram regular: Alisson Nelicio Cirilo Campos Leonardo de Faria Galiano</p> <p>Situação exclusiva aos atuais colegas em exercício na PR/RR.</p> <p>1 membro não respondeu: Ângelo Goulart Villela</p>
--	---

4.1.5 Dificuldades enfrentadas no desempenho das atribuições	
1) Está satisfeito(a) com a divisão temática do trabalho?	<p>4 membros responderam sim: Alisson Nelicio Cirilo Campos Cinthia Gabriela Borges Leonardo de Faria Galiano Ricardo Galha Massia</p> <p>1 membro respondeu não: Fernando Machiavelli Pacheco</p> <p>A cumulação de matérias da 4ª CCR e 6ª CCR, juntamente com crimes a elas afetos (2ª CCR) acarreta excesso de trabalho, sobretudo em um Estado da região norte com as características peculiares de Roraima.</p> <p>Ademais, o signatário vem enfrentando dificuldades em virtude do fato de que recebeu o gabinete em 09 de julho de 2012, após a deflagração da “Operação Salmo 96:12”, em 10/05/2012, a qual conta com sete grupos de investigados, divididos em quinze subgrupos, (tendo cerca de 67 pessoas envolvidas direta e indiretamente com as condutas ilícitas, de acordo com o Relatório Parcial de 660 páginas, o qual foi recebido pelo Ministério Público Federal pela primeira vez em 04/07/2012. Por fim, outro fator de dificuldade decorre do fato de que, em 13/07/2012, foi deflagrada a "Operação Xawara", também vinculada exclusivamente ao Ofício do signatário, a qual conta com cinco grupos de investigados tendo cerca de 33 pessoas envolvidas direta e indiretamente com as condutas ilícitas, com Relatório Parcial de 853 páginas, o qual foi recebido pelo Ministério Público Federal pela primeira vez em 18/09/2012.</p>

	<p>1 membro não respondeu: Ângelo Goulart Villela</p>
2) Está satisfeito(a) com o sistema de distribuição de expedientes/procedimentos extrajudiciais e judiciais?	<p>2 membros responderam sim: Cinthia Gabriela Borges Leonardo de Faria Galiano</p> <p>3 membros responderam não: Alisson Nelicio Cirilo Campos</p> <p>Tendo em vista a existência de dois ofícios de improbidade e da regra de prevenção do membro que primeiro tomar conhecimento dos fatos ilícitos que derem entrada na PR/RR, sinto falta de maior rigor na verificação preliminar de eventual prevenção.</p> <p>Fernando Machiavelli Pacheco</p> <p>Entendo que ainda carecemos de critérios claros de atribuição, para respectiva distribuição, em relação a questões que envolvem matérias limítrofes entre os ofícios ou atuação conjunta, o que, inclusive, foi objeto de reunião do Colegiado de Procuradores desta Procuradoria da República, realizada com a finalidade, dentre outras, de debater essa questão, no dia 30/10/12.</p> <p>Ricardo Galha Massia</p> <p>A identificação dos temas é, muitas vezes, deficiente, ocasionando redistribuições.</p> <p>1 membro não respondeu: Ângelo Goulart Villela</p>
3) Atos normativos que regulam a distribuição e divisão temática na Unidade, com eventuais observações (informação do Relator da Comissão de Correição).	A distribuição na PR/RR obedece às regras estabelecidas na Resolução PR/RR nº 02/2008.

4.1.6 Sugestões para melhoria dos serviços	
Alisson Nelicio Cirilo Campos	Treinamento dos servidores responsáveis pela distribuição inicial dos autos administrativos e judiciais a respeito das funcionalidades de pesquisa do sistema APTUS.
Fernando Machiavelli Pacheco	Criação de mais um cargo de Procurador da República no

	Estado de Roraima, com a divisão das atribuições da 4ª CCR e 6ª CCR, cada qual para um membro, o que refletiria em melhoras ao cumprimento das diversas atribuições dessas respectivas temáticas no Estado. Enquanto tal medida não é levada a efeito, a disponibilização de um cargo de Analista Processual, do quadro de servidores, exclusivamente para o Gabinete do 2º Ofício poderia gerar maior eficiência em face de todas aludidas demandas.
Ricardo Gralha Massia	- Pacote de serviços informática. - Melhor definição dos objetivos.

Legenda

N F	Notícia de Fato (Peça de Informação)
P P	Procedimento Preparatório (Procedimento Administrativo)

4.1.7 Feitos pendentes nos gabinetes

PR/RR (Dados referentes ao período da correição – 26 a 30/11/12)*

MEMBRO	NOTÍCIA DE FATO			PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO		PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL	INQUÉRITO CIVIL
	Há mais de 30 dias			De 90 a 180 dias – sem prorrogação	Há mais de 180 dias	Sem prorrogação de prazo ou com prorrogação vencida	Sem prorrogação de prazo ou com prorrogação vencida
	Cível	Criminal	CEAP				
Ângelo Goulart Villela	0	40	1	0	0	0	0
Alisson Nelicio Cirilo Campos	3	0	0	0	1	0	3
Cynthia Gabriela Borges	5	0	1	3	1	0	2
Fernando Machiavelli Pacheco	7	0	0	1	1	0	9
Leonardo de Faria Galiano	0	0	0	0	0	1	0
Ricardo Gralha Massia	0	0	0	0	0	2	0
TOTAL	15	40	2	4	3	3	14

* Informações extraídas dos questionários preenchidos pelos correicionados.

5 ATENDIMENTO AO PÚBLICO

Em que pese a ampla divulgação dada, no âmbito da sede da Procuradoria da República em Roraima, bem como na sede da Justiça Federal em Boa Vista, e, ainda, de distribuição de *releases* aos meios de comunicação e da mídia em geral acerca dos trabalhos correicionais, **não** foi registrado atendimento ao público em geral nos dias de realização da correição ordinária.

6 CONCLUSÃO DA COMISSÃO

A situação do Ministério Público Federal em Roraima, no cômputo geral, é satisfatória. Todavia, alguns pontos em particular reclamam a atenção da Instituição, como a seguir será relatado.

A) Adequação das instalações e dos recursos materiais e humanos ao volume e ao tipo de trabalho exigido:

1. Instalações físicas:

Conforme informado pela Chefia da PR/RR, no Ofício nº 172/2012/GABPC/PR-RR, de 6 de novembro de 2012, em resposta às solicitações da UDCMPF-PRR1 acerca das demandas prioritárias comprovou-se que, em que pese o prédio ser próprio e bem localizado, reformado e ampliado e adequadamente conservado, as instalações físicas da Unidade são inadequadas carecendo de acessibilidade, segurança, melhor disposição interna (layout) e sala de reunião. Ressente-se, também, de maior número de vagas de estacionamento.

O espaço é diminuto, tanto nos gabinetes quanto nas salas das Assessorias, estando completamente esgotadas quaisquer possibilidades de expansão/arrumação do espaço existente. Por conseguinte, a construção da nova sede da PR/RR torna-se imprescindível. Já existe terreno destinado para esse fim, localizado na Rua General Sampaio, S/N, Bairro Treze de Setembro, na capital, estando em fase final os trâmites burocráticos para efetivação da transferência definitiva pela Superintendência do Patrimônio da União em Roraima. Foi concluída, em 2012, a licitação dos projetos executivos. Em 4 de janeiro de 2013 a CEA/PGR expediu ordem de serviço autorizando a empresa contratada a dar início a elaboração dos respectivos projetos. Atualmente, encontra-se em andamento, a 1ª etapa do projeto, intitulada Estudo Preliminar de Arquitetura.

2. Recursos materiais: O mobiliário dos gabinetes é adequado, mas carece de mobiliário mais apropriado e meios de comunicação mais eficientes. Além disso, foi apontada pelo Procurador-Chefe Substituto, em resposta ao Ofício nº22/2012/UDCMPF-PRR1, a necessidade de aquisição de uma máquina fotográfica para a unidade.

3. Recursos humanos: Foi apresentada pela unidade como demanda prioritária a necessidade de acréscimo do número de Analistas Processuais, Periciais e Técnicos Administrativos, mormente na área-fim, definindo-se o quantitativo ideal de dois novos cargos de Procuradores da República da unidade, doze Analistas Processuais, 10 Técnicos Administrativos, dois Analistas Periciais em Contabilidade e 1 Analista Pericial em Engenharia Civil.

B) As boas práticas observadas:

- Unificação entre os escritórios de matéria criminal e patrimônio público;
- Reuniões periódicas do 2º Ofício de Defesa do Patrimônio Público e Social com os órgãos que interagem como o Gabinete (cerca de 35 no trimestre), e a instauração/conversão de procedimentos extrajudiciais sempre de modo fundamentado com indicação de diligências e desideratos.
- Folha de distribuição que agiliza a tramitação dos expedientes judiciais e inquéritos que ingressam no gabinete.
- Os procedimentos extrajudiciais estão sendo instaurados, convertidos e renovados, sempre, por despachos fundamentados, com a efetiva análise dos autos e a indicação de diligências e suas respectivas finalidades, visando a ordenar da forma mais clara possível os objetivos de cada qual, sempre tendo em conta sua utilidade e adequação.

- Atendimento sempre que possível dos cidadãos que procuram informações do 2º Ofício (Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais, além dos crimes correlatos).
- Priorização dos feitos remanescentes
- Identificação dos feitos sob a responsabilidade do procurador.
- Controle dos processos com Suspensão Condicional do Processo e art. 366 CPP.
- Constante diálogo com os estagiários e servidores.

C) Eventuais irregularidades constatadas:

- Há enorme demanda para quadro funcional insuficiente;
- Há inúmeras incongruências, falhas e inconsistências nos dados dos sistemas oficiais, que não correspondem à realidade fática.

Importa anotar, ainda, que, durante os trabalhos de correição, os membros da Comissão puderam constatar que no Estado de Roraima:

- Os procedimentos investigatórios criminais estão observando as normas insculpidas nas Resoluções 13 do CNMP e 77 do CSMPF;
- os inquéritos civis públicos também estão tramitando de acordo com as normas previstas nas Resoluções 23 do CNMP e 87 do CSMPF;
- todos os correicionados residem na cidade em que lotados, em respeito à Resolução 26 do CNMP;
- a tramitação de inquéritos policiais diretamente entre o Ministério Público Federal e a Polícia Federal se faz dentro das regras previstas na Resolução 107 do CSMPF;

D) Medidas necessárias para prevenir erros, corrigir problemas e aprimorar o serviço:

- Seguindo a política de segurança institucional do MPF, a unidade necessita implantar a segurança eletrônica do acesso e trânsito de pessoas, mediante a aquisição e instalação de portais detectores de metais, com sala específica para desmuniamento de armas de fogo, além de cofres para guarda temporária de armas, bem como o uso obrigatório de crachás por parte de servidores, estagiários e visitantes.
- A alta administração do MPF poderia se debruçar sobre a proposta de criação da ASSTEC e, a aprovando, estudar a possibilidade de implantá-la em todas as unidades localizadas nas capitais dos estados.
- A unidade precisa urgentemente de um cofre capaz de acautelar, com a necessária segurança, processos, documentos e objetos sensíveis que não podem ficar expostos ou mal guardados nos gabinetes dos Procuradores.
- Impõe-se a melhoria do Sistema Único, Judicial e Extrajudicial, tornando-o especialmente mais rápido quanto à alimentação e recuperação de informações.
- Capacitação e aprimoramento dos servidores para trabalharem com o Sistema Único.
- Divisão de temática/ofícios de modo a garantir a atuação exclusiva em matéria da 4ª CCR, conforme recomendação da Câmara ou ao menos não cumulativa com a 6ª CCR, em razão da elevada conflituosidade nas duas matérias.
- Melhora na segurança institucional;
- Criação de mais um cargo de Procurador da República.

E) PROVIDÊNCIAS FINAIS

Nos termos do artigo 17, do Ato Ordinatório nº 1/2013-CMPF, foi dada ciência do presente Relatório ao Procurador-Chefe da PR/RR . Recebido o pedido de retificação constante do Ofício nº 099/2013-GABPC/PRRR/MPF (anexo), o qual restou integralmente acatado.

Brasília, 29 de maio de 2013.

Gustavo Pessanha Velloso
Corregedor-Auxiliar
Relator da Comissão de Correição RR/2012

7 ANEXO (DISTRIBUIÇÃO PR E CORREGEDOR AUXILIAR)

PR-RR

NOME	ANTIGUIDADE	CARGO	LOTAÇÃO	CORREGEDORES-AUXILIARES
Ricardo Galha Massia	569	Procurador da República	PR/RR	Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho
Ângelo Goulart Villela	584	Procurador da República	PR/RR	Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho
Leonardo de Faria Galiano	600	Procurador da República	PR/RR	Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho
Fernando Machiavelli Pacheco	649	Procurador da República	PR/RR	Roberto Luís Oppermann Thomé
Cynthia Gabriela Borges	657	Procurador da República	PR/RR	Roberto Luís Oppermann Thomé
Alisson Nelicio Cirilo Campos	667	Procurador da República	PR/RR	Roberto Luís Oppermann Thomé
TOTAL (PR-RR)				Total de Gabinetes: 6